

ECONOMIA E BEM-ESTAR: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BRASIL E CHILE NO PERÍODO DE 1990 A 2021

Samia Mercado Alvarenga¹

João Carlos Martins²

Resumo

O artigo examina aspectos inerentes ao bem-estar econômico e social do Brasil e do Chile. Especificamente, analisa-se a taxa de desemprego, PIB *per capita*, coeficiente Gini e longevidade de ambos os países no período de 1990 a 2021. No Chile, mesmo com o crescimento econômico contínuo, percebe-se que não houve uma distribuição equitativa de recursos que possibilitasse a melhoria de vida da classe trabalhadora chilena tal como foi observado no Brasil. Durante os governos progressistas de Lula e Dilma, a economia brasileira, favorecida pela implantação de políticas sociais assistencialistas, vivenciou uma melhoria da relação emprego, renda, consumo e bem-estar social. Todavia, o cenário otimista de crescimento começou a declinar a partir de 2013, sendo consolidado o retrocesso com o golpe parlamentar em 2016 que se agravava com a eleição da extrema-direita em 2018. Os principais resultados sugerem que, apesar de ambos os países apresentarem desigualdades sociais e considerável concentração de renda, o Chile ainda possui indicadores melhores que o Brasil. Conclui-se que a política de emprego nos dois países configura uma medida paliativa incapaz de alterar as estruturas sociais que não só criam, mas também reiteram a pobreza e a desigualdade já existentes como traço marcante na formação sul-americana.

Palavras-chave: Desemprego; Desigualdade; Bem-Estar; Chile; Brasil.

ECONOMY AND WELL-BEING: A COMPARATIVE STUDY BETWEEN BRAZIL AND CHILE FROM 1990 TO 2021

Abstract

The article examines aspects inherent to the economic and social well-being of Brazil and Chile. Specifically, the unemployment rate, GDP per capita, Gini coefficient and longevity of both countries in the period from 1990 to 2021 are analyzed. In Chile, even with the continuous economic growth, it is noticed that there was not an equitable distribution of resources that would make it possible to improve the life of the Chilean working class, as observed in Brazil. During the progressive governments of Lula and Dilma, the Brazilian economy, favored by the implementation of welfare social policies, experienced an improvement in the relationship between employment, income, consumption and social well-being. However, the optimistic growth scenario began to decline from 2013 onwards, and the setback was consolidated with the parliamentary coup in 2016, which worsened with the election of the extreme right in 2018. The main results suggest that, despite both countries having social inequalities and considerable concentration of income, Chile still has better indicators than Brazil. It is concluded that the employment policy in both countries is a palliative measure incapable of altering the social structures that not only create, but also reiterate, poverty and inequality that already exist as a striking feature in the South American formation.

Keywords: Unemployment; Inequality; Welfare; Chile; Brazil.

¹ Doutora em Economia. E-mail: samia_alvarenga@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-4192-9898>

² E-mail: orientasam@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-3483-4831>

Introdução

Uma característica comum entre os países da América Latina é ter passado por um período de ditadura militar, que implementou medidas neoliberais na economia no intuito de promover o Estado de Bem-Estar Social. Em 1970, Salvador Allende se elege no Chile com a promessa de construir um socialismo por meio de mecanismos democráticos no afã de uma política voltada para a questão social. Ele promoveu a nacionalização de empresas americanas, a expropriação de várias empresas e a impressão indiscriminada de dinheiro, desagradando o grande capital e os interesses americanos, que temiam a ascensão do comunismo no continente americano em função da Guerra Fria que acontecia naquele momento.

Entretanto, Augusto Pinochet estabeleceu um regime autoritário em 1973 com o objetivo de eliminar a pobreza, criar bases para o crescimento econômico e implantar uma ordem política diferente do marxismo em discussão à época. Nesse sentido, promoveu reformas neoliberais, tais como a privatização de empresas públicas, dos serviços de saúde e de previdência social, além de medidas relativas à abertura comercial, ao estímulo às exportações e à supressão do controle de preço, entre outras (HUNEEUS, 2000).

No Brasil, o regime autoritário iniciado em 1964 acenou para o liberalismo econômico, mas, posteriormente, os militares retomaram o ideário nacional-desenvolvimentista, continuando um processo de modernização iniciado em décadas anteriores, em que a intervenção do Estado na economia aceleraria o desenvolvimento e superaria o atraso econômico com reflexo na melhoria na qualidade de vida da sociedade brasileira. Esse período se encerrou na década de 80, com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, que contemplava a responsabilidade do Estado na promoção do Bem-Estar para a população no que tange à educação, à saúde e à assistência social.

Atualmente, a democracia chilena está passando por um processo de transformação para adaptação aos anseios da sociedade. Apesar de o país ser o modelo democrático mais sólido na América Latina, é impossível não reconhecer o impacto do período autoritário da ditadura Pinochet após a redemocratização. A crise e a convulsão social (*Estallido*) em 2019 têm origens históricas e estruturais: reconheceu-se nos protestos que o Chile vive uma democracia “semissoberana” em função de que a ordem política – fundada na Constituição pinochetista – não responde de nenhuma maneira aos anseios da sociedade chilena.

Nesse contexto, aprovou-se em plebiscito a instituição da Assembleia Constituinte, com caráter paritário entre homens e mulheres, para elaboração de uma nova Constituição, reforçando o pacto entre o Estado e a sociedade na busca da mudança política no país, caso inédito no contexto latino-americano (AGGIO, 2002). A eleição de 2021 do candidato progressista Gabriel Bòric evidencia um desejo da sociedade por melhoria de Bem-Estar e, dessa forma, os principais desafios do seu governo serão a implantação dos serviços públicos, tais como saúde, educação e previdência, bem como o combate à desigualdade social e a aprovação da nova constituinte.

O Anuário Estatístico da América Latina e Caribe (CEPAL, 2021) demonstra que o Chile possui melhores indicadores de desempenho em relação ao Brasil, além de apresentar uma economia com forte padrão de crescimento em relação aos padrões da América Latina. Em 2017, por exemplo, o PIB *per capita* do Brasil era U\$ 14.520, enquanto o Chile apresentava U\$ 23.657, valores equiparados aos países desenvolvidos. Além disso, o país tinha a menor taxa de desigualdade e pobreza. Entretanto, as desigualdades sociais ainda são uma questão importante para a população chilena em função da privatização dos serviços públicos ocorrida nas décadas de 80 e 90, fator que resultou no *Estallido* em 2019. No que se refere ao mercado de trabalho, o anuário demonstra que a taxa de ocupação, no Brasil em 2020, é de 49,3%, enquanto no Chile é de 50,1% no mesmo período, apesar dessa paridade na taxa de ocupação, a taxa de desocupação é de 13,5% no Brasil, bem superior à existente no Chile de 10,8%.

Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo investigar aspectos inerentes ao bem-estar econômico e social do Brasil e do Chile, no período de 1990 a 2021, mediante a análise de indicadores como taxa de desemprego, PIB *per capita*, coeficiente Gini e longevidade. O tema se justifica, pois Brasil e Chile, ambos países latino-americanos, vivenciaram o efeito de políticas neoliberais que culminaram em retrocessos sociais (OLIVEIRA et al., 2019). Soma-se a isso o fato de que o Chile tem despontado como inspiração para reformas trabalhistas e previdenciárias brasileiras (FERRARI, 2019). Espera-se que a análise da série histórica dos dois países permita traçar um panorama comparativo da relação trabalho, renda e bem-estar entre ambos. Este estudo não pretende esgotar o assunto, que possui várias nuances para ser explorado, mas, sim, ser uma abordagem introdutória sobre o tema, podendo ser suporte para pesquisas futuras mais detalhadas.

O percurso deste estudo começa com uma revisão de literatura sobre o tema do bem-estar com as principais teorias, além dos principais indicadores sociais. Em seguida, demonstra a metodologia utilizada. Na seção subsequente, descrevem-se os dados e apresentam-se os resultados, as discussões e as análises das informações a fim de proceder ao diagnóstico da realidade social do Brasil e do Chile. Por último, fazem-se as considerações finais, ressaltando as principais conclusões alcançadas, bem como destacando a importância do resultado final da pesquisa para a elaboração de políticas públicas pelos gestores, limitações encontradas e sugestões de estudos complementares futuros.

Referencial teórico

A preocupação com o bem-estar humano esteve presente na sociedade desde o Iluminismo, sendo que a concepção desse conceito sofreu alterações ao longo do tempo por meio de diversas correntes teóricas que buscaram explicá-lo, acrescentando elementos relevantes para sua compreensão. Nesse sentido, esta seção busca resumir a evolução das Teorias do Bem-Estar, bem como demonstrar a forma como elas se relacionam e contribuem com o desenvolvimento global de um país, além de abordar os principais indicadores para a aferição do bem-estar.

O pensamento iluminista (Séc. XVIII) deu origem à preocupação do ser humano com o bem-estar, que na época era o propósito da existência humana. Nesse contexto, o desenvolvimento pessoal e a felicidade foram o foco das teorias desse período (PIGOU, 1920). No século XX, questões ligadas à qualidade de vida foram introduzidas nessa discussão, tais como saúde, relações sociais, satisfação com o trabalho, liberdade política, entre outros. O Estado de Bem-Estar social passou a ser discutido, considerando indicadores sociais e ambientais a fim de combater os males do subdesenvolvimento. Assim, o progresso passou a ser medido por critérios como alfabetização, controle das doenças epidêmicas, eliminação da fome e redução da pobreza. Diante disso, segundo Mariano (2019), analisar o bem-estar humano é uma forma de compreender o desenvolvimento de um país.

Nessa perspectiva, Pigou (1920) teorizou sobre o suporte governamental para pessoas de classes sociais desfavorecidas e o impacto das políticas públicas nas vidas dessa população, bem como no orçamento do Estado, incorporando os componentes econômicos e não econômicos na discussão de bem-estar. As teorias, com foco na prioridade econômica, foram desenvolvidas ao longo dos séculos XIX e XX, cujas principais correntes de

pensamento foram a Lógica Utilitarista, o Critério Ótimo de Pareto e a ideia da Teoria da Justiça de John Rawls.

Segundo a abordagem utilitarista clássica, o bem-estar dos indivíduos é obtido com a maximização da própria utilidade enquanto o bem-estar social seria a soma das utilidades individuais. Nesse sentido, Say (1983) defende que a utilidade é o valor atribuído pelo indivíduo àquilo que pode satisfazer diferentes necessidades humanas, tais como alimentos, vestuários e produtos de beleza. De acordo com Mankiw (2009), o utilitarismo seria uma filosofia política que orientaria os governos na escolha de políticas que maximizem a utilidade total, tendo em vista a distribuição de renda mais igualitária. Assim, a premissa básica seria aplicar a lógica da tomada de decisões individual a questões ligadas à moralidade e às políticas públicas. Essa perspectiva é interessante por ampliar o conceito de utilidade individual, abrangendo todo conjunto da sociedade; contudo, a dificuldade de se estabelecer comparações interpessoais ainda é um ponto muito criticado.

Vilfredo Pareto (1996), por sua vez, chama atenção para o significado intrínseco da utilidade, dado que, segundo o autor, a utilidade está restrita à serventia material. Assim, criou o Critério Ótimo de Pareto, no qual a situação ótima de Bem-Estar é atingida se e somente se não for possível aumentar a satisfação de um indivíduo sem reduzir a satisfação de outro. Mesmo que as proposições de Pareto (1996) sejam uma contribuição importante para os estudos do bem-estar, seu aparato teórico ainda não resolve a questão das comparações entre pessoas e também não deixa claro como a sociedade logra alcançar o ponto de equilíbrio (econômico e social), considerada por Pareto como situação “ótima”. Além disso, essa perspectiva não resolveu o problema distributivo e alocativo, dessa forma o ponto de equilíbrio ficou mais no nível da abstração do que em resultados práticos.

John Rawls (1997) apresenta a Teoria da Justiça Social como um avanço ao utilitarismo, pois a ideia de bem-estar estaria vinculada à concepção de justiça com foco na equidade entre as pessoas. Sob tal ótica, o bem-estar pode ser medido por índices de bens primários sociais, que englobam direitos, liberdades, oportunidades, renda, riqueza e as bases sociais de autorrespeito. Esses índices seriam a base para a elaboração de políticas sociais. De acordo com Fernandes e Lima (2020), os pressupostos da teoria de Rawls (1997) são importantes no mundo atual por conscientizar a sociedade na busca por justiça social e equidade e na tentativa de diminuir as disparidades sociais existentes. Por outro lado, tal teoria não chegou a formular ações práticas para orientar um movimento efetivo na mudança

desse cenário: na realidade, apenas a justiça é insuficiente para promover a equidade, já que a questão envolve a complexidade das relações de classe, raça, gênero, além da renda.

Diante desse quadro teórico, a partir do século XX, aspectos referentes à dimensão social passam a incorporar-se aos estudos de bem-estar, os quais, até então, estavam focados no individualismo e na renda. Dessa forma, Bergson (1938) propôs a ideia de Bem-Estar Máximo. Segundo o autor, o aumento no nível de satisfação a partir das escolhas individuais de uma comunidade indica um aumento em seu bem-estar. Para Fernandes e Lima (2020), essa teoria contribui para o desenvolvimento global por destacar as diferenças nas escolhas tomadas em sociedade, bem como nos resultados entre decisões individuais e decisões coletivas.

Hicks (1939) e Kaldor (1939), por sua vez, estabeleceram um Critério de Compensação em pagamentos monetários para minimizar a perda de bem-estar entre ganhadores e perdedores no âmbito de um sistema econômico. Diferentemente do critério de Pareto (1996), Kaldor-Hicks admitem a existência de uma mudança social eficiente: essa mudança se dá mesmo quando o aumento do bem-estar de uma parte resulta na redução do bem-estar de outra e desde que haja uma compensação econômica a fim de assegurar a satisfação do agente econômico prejudicado. Por outro lado, Samuelson (1997), cuja teoria ficou conhecida como Bergson-Samuelson, relaciona a função do bem-estar social à função das preferências individuais sem estabelecer comparações interpessoais, tendo como norte a regra de Pareto. Essa abordagem representou a transposição da chamada “escala de preferências individual” para uma escala de preferência social (FERNANDES; LIMA, 2020).

Arrow (1984) apresentou a teoria da Escolha Social, em que as escolhas deveriam atender critérios de eficiência e democracia considerando quatro condições: (i) devem ser transitivas; (ii) não podem se opor às escolhas individuais; (iii) não devem ser ditatoriais; e (iv) a preferência social entre duas alternativas deve depender unicamente das opiniões das pessoas relativas às duas alternativas. O autor chegou ao resultado da impossibilidade lógica da sua teoria, tendo em vista a dificuldade de uma função de bem-estar atender, simultaneamente, às quatro condições preestabelecidas, uma vez que uma escolha é centrada na agregação de interesses individuais. A despeito disso, Fernandes e Lima (2020) chamam a atenção para o fato de essa abordagem favorecer reflexões sobre as decisões sociais devido às preferências diferentes dos indivíduos quanto à alocação dos recursos escassos.

Em outra perspectiva, Amartya Sen (1993) apresenta o Enfoque das Capacitações como forma de avaliar aspectos do bem-estar individual, de grupos e da sociedade, sendo eles desigualdade, pobreza, falta de desenvolvimento e qualidade de vida. Além disso, ressalta que as liberdades individuais estão diretamente relacionadas com a questão do bem-estar social. Ainda que o autor não esclareça o conceito de liberdade desejável, permite uma reflexão entre as diferenças sociais e as liberdades individuais, bem como valoriza dimensões subjetivas como fundamentais ao bem-estar (MELO, 2021)

Atualmente, concepções ligadas à qualidade de vida foram incorporadas ao conceito de bem-estar, pois questões monetárias não conseguem, isoladamente, promover o desenvolvimento global e a satisfação efetiva dos indivíduos (GIACOMONI, 2004). O bem-estar envolve a questão da renda, mas também questões ligadas a saúde, educação, segurança trabalho, liberdade, ou seja, incorpora à concepção material uma visão holística da existência humana (FERENTZ, 2020). Fernandes e Lima (2020) defendem que o aumento do PIB *per capita* se correlaciona com o aumento do bem-estar e saber quem produz mais e quem tem maior fluxo de riqueza contribui para a realização de análises estratégicas com relação ao desemprego e à renda. O PIB, ainda que seja o indicador mais usado para avaliar a situação econômica e o bem-estar agregado, não deve ser tomado como mensurador único, pois um país pode apresentar alto índice de PIB e ter baixos indicadores de qualidade de vida (NUNES, 2018).

Mankiw (2009) destaca que o PIB não mede a saúde das crianças, a qualidade da educação, a beleza da nossa poesia, não leva em conta nossa inteligência, integridade, coragem, sabedoria ou devoção, mas o PIB elevado proporciona as condições necessárias para a melhora na qualidade de vida, tais como arcar com o custo do atendimento de saúde às crianças, melhoria da educação e nossa capacidade de obter os insumos em busca de uma vida melhor. Sendo assim, aquele primeiro indicador não é uma medida perfeita de bem-estar, dado que algumas variáveis que contribuem para uma boa vida ficam fora dele, por exemplo o lazer.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), produzido e divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU), avalia a qualidade de vida das pessoas nos diversos países, considerando aspectos de natureza social como níveis de saúde e de educação, para além dos aspectos econômicos, tais como renda, PIB, nível de emprego etc. (MELO, 2021). Esse indicador sinaliza que nem sempre desenvolvimento econômico e condições de vida

estão correlacionados na mesma intensidade em função das desigualdades de distribuição de renda e da ação do Poder Público.

Ao se comparar países de mesmo nível de desenvolvimento, esse indicador é útil principalmente para conscientização da opinião pública, bem como para evidenciar a necessidade de investimentos na área social (CYSNE, 2010). Nunes (2018) acrescenta que o IDH mede os níveis relativos de desenvolvimento de todos os países do mundo, englobando questões como educação e longevidade. Entretanto, o IDH tem a dificuldade em considerar questões específicas de cada local, tais como particularidades regionais, hábitos de consumos e satisfações pessoais.

O IDH surge diante da crítica ao PIB, que valora o bem-estar por meio das transações monetárias, tratando os recursos naturais como livres e ilimitados e ignorando a liberdade, os direitos humanos, a distribuição de renda, entre outros. Assim, Cavalcanti e Trevisan (2019) associam as dimensões sociais e econômicas na criação do IDH, focando na vida longa e saudável (longevidade), no conhecimento e no acesso aos recursos necessários para manter um nível decente de vida. Além disso, faz com que os agentes percebam a importância de determinadas políticas como modo de melhorar o bem-estar da população (DALBERTO et al., 2015).

O entrave que se apresenta é a dificuldade de se estabelecerem padrões mínimos universais de qualidade de vida, válidos para todos os países e culturas (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2020). Os principais problemas de utilização do IDH são as diferenças culturais e sociais entre os países, as quais restringem o seu grau de comparabilidade. Ademais, as análises associadas ao debate de desenvolvimento humano tendem a desconsiderar a importância das relações de poder internacionais, que geram desigualdades no acesso à riqueza entre os países pobres e também desigualdades intranacionais (CARDOSO, 1998).

Destaca-se que não existe uma medida universal de bem-estar, visto que as abordagens não são aplicáveis a todas as pessoas sem uma análise das diferenças interpessoais, temporais e locais. Apesar dessas limitações, o PIB e o IDH são os principais índices disponíveis e de fácil acesso para a análise do desenvolvimento econômico-social de um país, bem como a mensuração do bem-estar social. Assim, é inapropriado considerar o desenvolvimento global sem relacioná-lo a decisões governamentais pautadas na sustentabilidade e no bem-estar em seu sentido mais amplo (social, físico e mental). Nesse contexto, indicadores variados – Produto Interno Bruto (PIB), Felicidade Interna Bruta

(FIB), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), entre outros – despontam como uma tentativa de auferir minimamente o grau de desenvolvimento e de qualidade de vida de uma nação. Devido à subjetividade, a valoração do bem-estar sempre apresentou limitações, pois é reconhecido que até o melhor índice é incapaz de traduzir em números realidades tão complexas.

Ainda no que se refere ao bem-estar, a abordagem econômica tradicional apoia-se em dois teoremas fundamentais para a compreensão de como a eficiência e a equidade se correlacionam, ou não, com o bem-estar social em um mercado global competitivo (PESSOTI; SILVA, 2020). Nesse sentido, o primeiro teorema do bem-estar indica que todo equilíbrio em um conjunto de mercados competitivos corresponde ao Eficiente de Pareto (GIACOMELLI, 2018). Esse raciocínio indica que, sob certas condições, é possível encontrar preços e realizar trocas que façam uma alocação que resulte no equilíbrio de mercado.

Percebe-se aqui a relação entre eficiência e equilíbrio convergindo para o mesmo ponto. Logo, quando as preferências são convexas, uma alocação Eficiente de Pareto é um equilíbrio para um determinado conjunto de preços na curva de indiferença. Da mesma forma que, caso a curva de indiferença não seja convexa, não será possível uma alocação eficiente e equilibrada de Pareto. Assim, o segundo teorema é uma consequência do primeiro, pois, considerando que todos os agentes tenham preferências convexas, haverá sempre um conjunto de preços em que cada alocação eficiente sob a perspectiva de Pareto será um equilíbrio de mercado para uma distribuição adequada de recursos (VARIAN, 2012).

Os Teoremas do Bem-Estar, portanto, são mecanismos que refletem a função do bem-estar social, a qual descreve os pesos atribuídos a cada utilidade individual na determinação daquilo que é socialmente desejável. Os indivíduos associam o seu bem-estar com a satisfação dos seus desejos baseados nas suas preferências. Já o mercado competitivo apresenta-se como mecanismo básico dentro do qual essas relações se estabelecem e se harmonizam. Esses teoremas separam a eficiência da equidade para estudar os mercados. Como afirmaram Pindyck e Rubinfeld (2006), as alocações eficientes não são necessariamente equitativas e, por esse motivo, a sociedade precisa se apoiar de certa forma no governo para poder redistribuir renda ou mercadorias entre as famílias. A expectativa é que se alcancem os objetivos da equidade, seja via impostos progressivos, seja via assistência social e sanitária. Enfim, o objetivo é que a população possa usufruir dos serviços públicos

ofertados a fim de conquistar uma equidade, que é tão distante da realidade em função das contradições do capitalismo atualmente.

Dentro do estudo proposto, é interessante avaliar a situação econômico-social do Brasil e do Chile mediante indicadores de bem-estar. Ademais, com o suporte da revisão de literatura referente aos indicadores e à teoria, pode-se compreender se as políticas públicas adotadas nesses países, voltadas para o crescimento econômico e desenvolvimento social, trouxeram, efetivamente, algum acréscimo de bem-estar para a população ou se geraram uma concentração de renda, reforçando a diferença entre ricos e pobres.

Material e métodos

Para atender ao objetivo do estudo, emprega-se uma abordagem qualitativa com caráter exploratório e descritivo, dado o desenvolvimento de uma revisão bibliográfica sobre o tema a fim de obter um arcabouço teórico que desse suporte às análises das informações. Os dados das taxas de desemprego, da renda *per capita*, do coeficiente de Gini e da expectativa de vida são referentes ao período de 1990 a 2021 para Brasil e Chile, sendo levantados na base do Banco Mundial. Na sequência, elaboraram-se tabelas e gráficos sistematizados para a análise comparativa.

O caráter exploratório e descritivo reside no fato de que o objetivo é analisar qualitativamente a situação econômico-social dos dois países, sendo que os procedimentos técnicos utilizados foram, basicamente, a revisão da literatura e a utilização de dados secundários do Banco Mundial. Utilizaram-se, complementarmente, informações do Comitê Econômico para a América Latina e o Caribe (CEPAL) como forma de subsidiar uma análise mais completa e, com isso, possibilitar uma melhor compreensão do tema desenvolvido.

Resultados e discussões

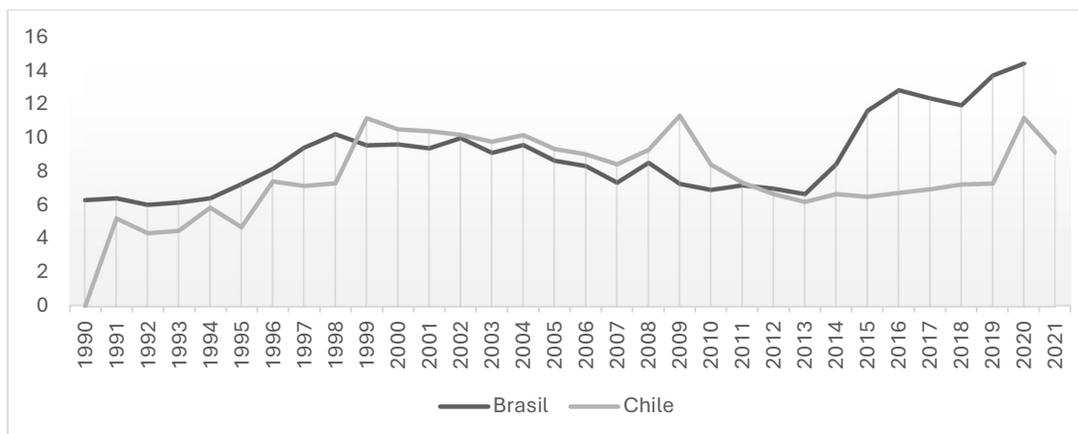
Os indicadores sociais podem ser utilizados como instrumentos de análise em pesquisas acadêmicas, permitindo a identificação de determinados processos sociais, bem como a sua quantificação. Ainda, os indicadores podem ser empregados na formulação, na avaliação e no monitoramento de políticas públicas, fornecendo informações importantes para o diagnóstico sobre a realidade social, que direcionará o desenho de programas governamentais (CARDOSO, 1998). Nesse sentido, os indicadores são recursos

metodológicos que auxiliam o conhecimento e a interpretação da realidade para elaborar sugestões de mudanças, quando necessárias, com o objetivo de melhoria nas condições de vida das pessoas. Em outras palavras, eles são importantes por demonstrar a necessidade, a relevância e o impacto das políticas públicas e por monitorar o alcance de seus resultados, sua eficiência na utilização dos recursos e a efetividade das ações.

O Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador utilizado na década de 30 para auferir bem-estar. O PIB, apesar de ser um bom termômetro para avaliar a economia formal, não capta o bem-estar líquido e tampouco os efeitos da economia informal. O pressuposto de que o crescimento do PIB pode tornar o bem-estar maior ainda é um tema que gera discussões no meio acadêmico e se perpetua condicionado à redistribuição adequada de recursos que possibilitem a redução das desigualdades sociais (CYSNE, 2010). Segundo Dalberto et al. (2015), por não existir um conceito único do desenvolvimento econômico, é usual defini-lo como o crescimento econômico e, portanto, PIB *per capita*. Acompanhado por uma melhora na qualidade de vida da população e na distribuição de renda, ele pode ser um instrumento viável e acessível para compreender as alterações nas estruturas econômicas e sociais.

Diante disso, após pesquisa no banco de dados do Banco Mundial a fim de obter os dados do coeficiente de Gini, taxas de desemprego e indicadores sociais do Brasil e do Chile no período de 1990 a 2021, apresentam-se os resultados e as análises para a compreensão da relação desses indicadores com o bem-estar social da população, que é o objetivo principal deste artigo. O nível de emprego de um país interfere no bem-estar social, pois a renda é importante para que as pessoas tenham condições de satisfazer as suas necessidades básicas: alimentação, vestuário, educação, saúde, lazer, entre outras. O aumento da renda das pessoas, por meio do trabalho, é condição fundamental para provê-las de recursos necessários para o atendimento das suas necessidades básicas. Assim, quanto maior a taxa de ocupação, melhor será a renda. Ressalta-se, no entanto, que o mercado de trabalho informal não está no escopo deste trabalho. Com todo esse panorama em vista, o Gráfico 1 abaixo apresenta a taxa de desemprego no período de 1990 a 2021.

Gráfico 1: Desemprego (% da população ativa total) – Brasil e Chile



Fonte: Elaboração própria com dados coletados no Banco Mundial.

De acordo com o Gráfico 1, percebe-se que, entre 1990 e 2015, houve pouca variação percentual na taxa de desemprego entre o Brasil e o Chile, dado que a média foi de 7,8% e 7,2% respectivamente. Esse período abrangeu políticas neoliberais de privatização e de expansão do setor de serviços associadas com o aumento das vendas de *commodities* no caso brasileiro, o que manteve seu nível de desemprego ligeiramente mais baixo. No Brasil, tem-se ainda a implementação do Plano Real na década de 90, que contribuiu para melhoria das condições de vida e de consumo, cujo ápice foi no governo Lula (entre 2002 e 2010).

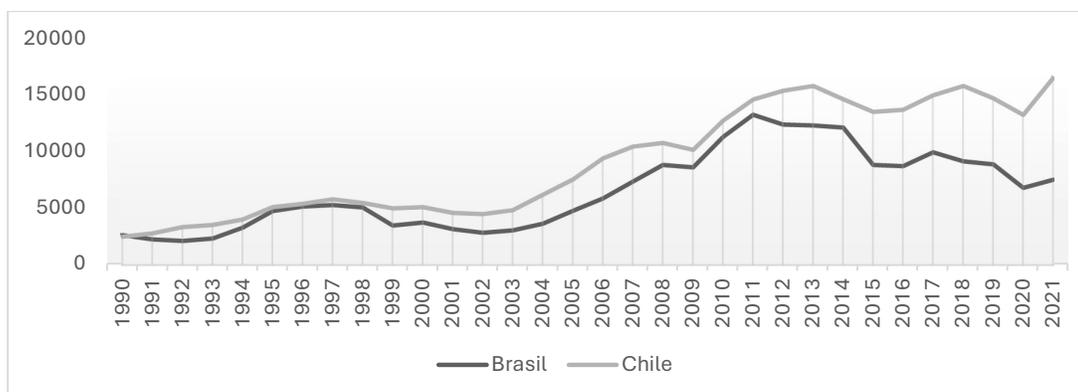
O Chile sempre teve uma economia estável e, por essa razão, manteve o nível de desemprego baixo até 2019, cuja média era de 7,06% em face dos 12,09% do Brasil. Percebe-se ainda que, a partir de 2015, com a economia comprometida devido a decisões equivocadas na política econômica, aumentou o número de desempregados no Brasil, sendo que, em 2020, o índice já alcançava 13,5% contra 10,78% do Chile. O aumento do desemprego e o endividamento da população tiveram relação direta com o aumento das desigualdades sociais e com a insatisfação das pessoas, que culminou no golpe parlamentar contra o governo da presidenta Dilma Rousseff em 2016. Entretanto, não houve melhoria posteriormente; ao contrário, os indicadores demonstram uma considerável piora.

Oliveira e Vidal (2021) defendem que a política de emprego, no Brasil e no Chile, possui o traço comum de ser subordinada a agências multilaterais desde o início de 1990, quando explode a crise do desemprego, gerando a permanência da pobreza e do desemprego e, conseqüentemente, a desigualdade social. Inclusive, as autoras justificam que essa desigualdade pode ser fruto do modo de produção capitalista, cujo desenvolvimento das

forças produtivas é caracterizado pela crescente concentração de renda e pela centralização da produção, o que reverbera nas condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora. Além disso, nos dois países ocorreu exploração do trabalho sem políticas que garantissem a construção de um Estado Social mínimo.

O Brasil teve uma melhoria dessa situação nos governos Lula com o aumento real da renda, do emprego e da presença do Estado em razão de políticas sociais que protegiam os trabalhadores e a população com vulnerabilidade social. Entretanto, após 2016, executaram-se reformas com a expectativa de que o crescimento econômico resultaria em altas taxas de empregabilidade, o que não se confirmou. Por fim, sabe-se que as principais políticas de emprego nos dois países se situam na área de empreendedorismo, da qualificação e da flexibilização de leis e de contratos trabalhistas. Políticas dessa estirpe só reforçam a lógica do desemprego como responsabilidade do trabalhador, favorecendo o capital em detrimento da população. Tal fato pode ser corroborado pelo Gráfico 2, que demonstra a evolução do PIB *per capita* no período.

Gráfico 2: PIB *per capita* (a preços atuais) – Brasil e Chile

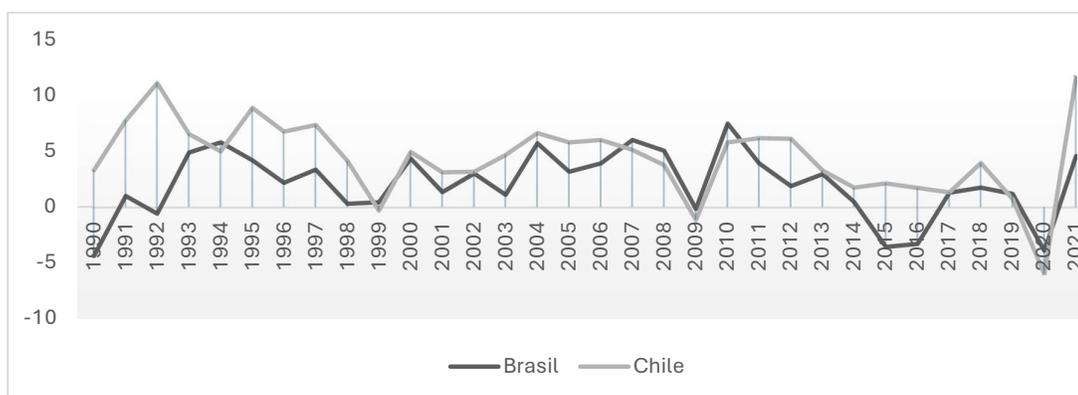


Fonte: Elaboração própria com dados coletados no Banco Mundial.

O Gráfico 2 revela que, entre 1990 e 2011, a média do PIB *per capita* no Brasil era de R\$ 5.129,94, enquanto no Chile era de R\$ 6.538,58, ou seja, apesar de o Chile ter o índice melhor, a diferença não era tão significativa. Contudo, entre 2015 e 2020, tem-se a média de R\$ 8.716,42 para o Brasil e R\$ 14.364,69. Esse indicador evidencia que, com a recessão econômica, nosso país teve uma queda no PIB *per capita*. Destaca-se que, no Brasil existe uma acentuada desigualdade de renda, o que significa que o PIB *per capita* não reflete a renda média dos brasileiros. Oliveira e Vidal (2021) destacam que analisar a pobreza a partir

da renda *per capita* mascara os índices da pobreza, visto que se pode ter uma renda de 5,50 dólares diários insuficiente para pagar os gastos básicos necessários, tais como atendimento médico, transporte, alimentação, remédio etc. Já o Chile, mesmo com as suas desigualdades sociais, consegue ter uma estabilidade político-econômica que contribui para que os seus indicadores sejam os melhores da América Latina. Por último, o Gráfico 2 ilustra como as diferenças econômicas entre Brasil e Chile foram aumentando ao longo do tempo até chegar no patamar em que se encontram hoje em dia. O Gráfico 3, em comparação, apresenta o crescimento percentual do PIB o longo do tempo.

Gráfico 3: Crescimento anual do PIB – Brasil e Chile



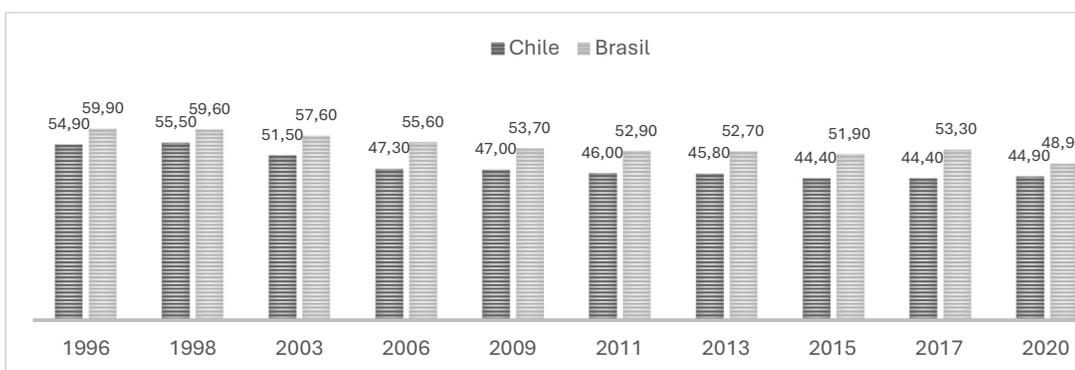
Fonte: Elaboração própria com dados coletados no Banco Mundial.

Observa-se, a partir do Gráfico 3, que mais uma vez os índices do Chile são melhores que os do Brasil. Entre 1990 e 2010, a média de crescimento anual do PIB brasileiro foi de 2,81% contra 5,18% do Chile. Já entre 2011 e 2019, tem-se 0,79% e 3,01% respectivamente. Durante a pandemia, o Brasil teve uma variação negativa de -4,06% e o Chile, de -5,77%. Esse comportamento era esperado, uma vez que a economia global sofreu uma desaceleração. O Chile passou por um processo de manifestações políticas e uma convulsão social em 2019 (*Estallido*) e, ademais, apresentou um crescimento do PIB inferior (0,94%) ao Brasil (1,41%).

Outro indicador relevante é o coeficiente de Gini, que se destaca por avaliar a concentração de renda de um país. Criado pelo estatístico italiano Corrado Gini (1912), ele permite medir a desigualdade social, mostrando a diferença de renda entre pobres e ricos. A sua principal vantagem é a capacidade de medir a distribuição de renda sem a interferência da limitação de outros, por exemplo a renda *per capita*. Além da facilidade de interpretação,

dando uma noção maior da realidade e permitindo a comparação de diferentes regiões ao longo do tempo, a principal desvantagem é que o indicador demonstra a desigualdade de renda em termos estáticos, desconsiderando a capacidade e a possibilidade de um lugar tornar-se mais ou menos desigual. De acordo com Rossetti (1997), o coeficiente de Gini igual a *zero* evidencia que não há área de desigualdade. Ressalta-se que, por não considerar a desigualdade de oportunidade, esse índice não estuda a mobilidade de classe social. Dessa forma, o Gráfico 4 apresenta os anos do período em estudo em que houve divulgação do Gini.

Gráfico 4: Índice de Gini – Brasil e Chile



Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Mundial

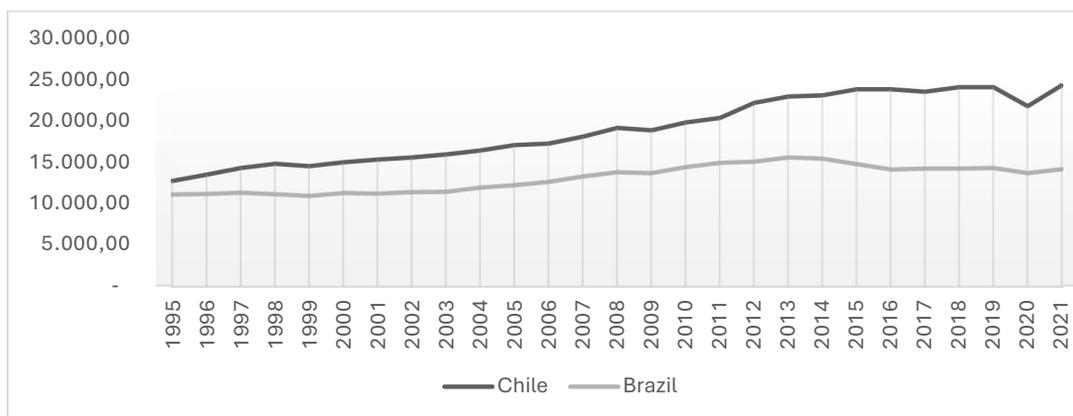
O índice de Gini mede até que ponto a distribuição de renda ou consumo entre indivíduos ou famílias dentro de uma economia se desviam de uma distribuição perfeitamente igual. Um índice de Gini de 0 representa igualdade perfeita, enquanto um índice de 100 implica desigualdade perfeita. O Banco Mundial não divulgou as informações para todo o período da série histórica em estudo. É interessante observar que a diferença entre os dois países não é discrepante, mesmo o Brasil tendo um índice de concentração de renda maior. Brasil e Chile têm uma distribuição de renda desigual. A média do coeficiente de Gini obtida para o Brasil foi de 48,17 e a do Chile foi de 54,61. Isso indica uma concentração de renda significativa e esse dado pode ser observado pelas desigualdades sociais e econômicas.

O Chile, mesmo tendo indicadores econômicos melhores, ainda tem desigualdades sociais e pouco acesso da população à educação, à saúde e à previdência social, porquanto são serviços que foram privatizados e, como a renda real por família é baixa, nem todos têm

acesso a esses serviços. Segundo Pedroso (2009), as desigualdades de renda na América Latina têm raízes históricas desde a ocupação das terras até a constituição dos Estados nacionais modernos.

Além disso, no Brasil, o histórico de desigualdade já se normalizou de forma que o extremo da desigualdade distributiva representa o principal determinante da pobreza. O índice Gini do Brasil, que gira em torno de 0,60, está abaixo somente da Guatemala, África do Sul, Malásia e Serra Leoa, enquanto os países desenvolvidos possuem o coeficiente Gini em torno de 0,30 e 0,40 pontos. Percebe-se que o nível de concentração no Brasil é muito grande em relação aos países desenvolvidos. O Gini *per capita* é a renda nacional bruta (RNB) dividida pela população, já o Gini PPP é a renda nacional bruta (RNB) convertida em dólares internacionais usando taxas de paridade de poder de compra. Os dados do gráfico 6 estão em dólares americanos constantes de 2017.

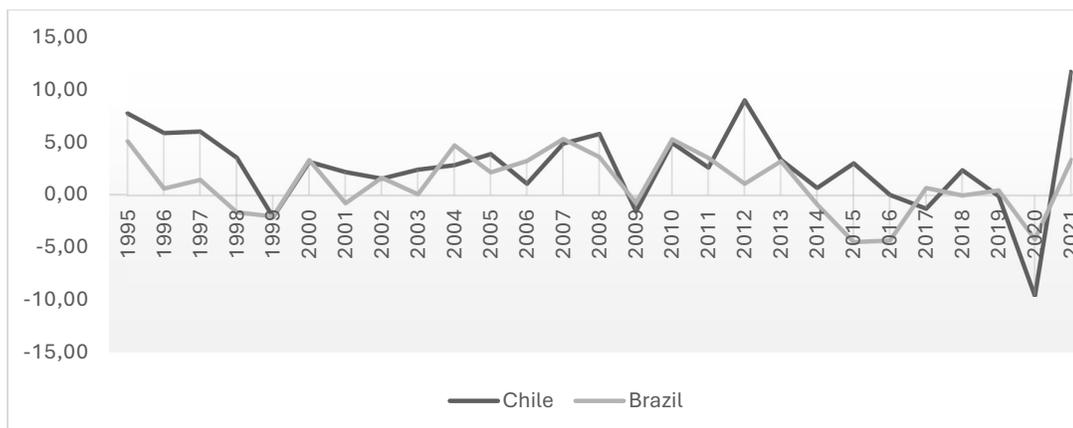
Gráfico 5: Gini PPP – Brasil e Chile



Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Mundial

O Gráfico 5 dialoga com o PIB *per capita* analisado anteriormente, pois, entre 1990 e 2012, o Chile tinha o RNB de R\$ 9.254,89 face aos R\$ 7.243,55 do Brasil, ou seja, existia uma diferença que não era tão grande. Porém, a partir de 2013 a 2021, essa divergência aumentou, sendo que o Chile teve uma média de R\$ 12.989,56 contra R\$ 8.478,89 do Brasil. Conjuntamente, essa piora compromete a capacidade do cidadão de honrar suas dívidas e de satisfazer suas necessidades. Conseqüentemente, o bem-estar social é reduzido. Na seqüência, o Gráfico 6 complementa as informações anteriormente analisadas:

Gráfico 6: Crescimento do Gini *per capita* (% anual) – Brasil e Chile



Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Mundial.

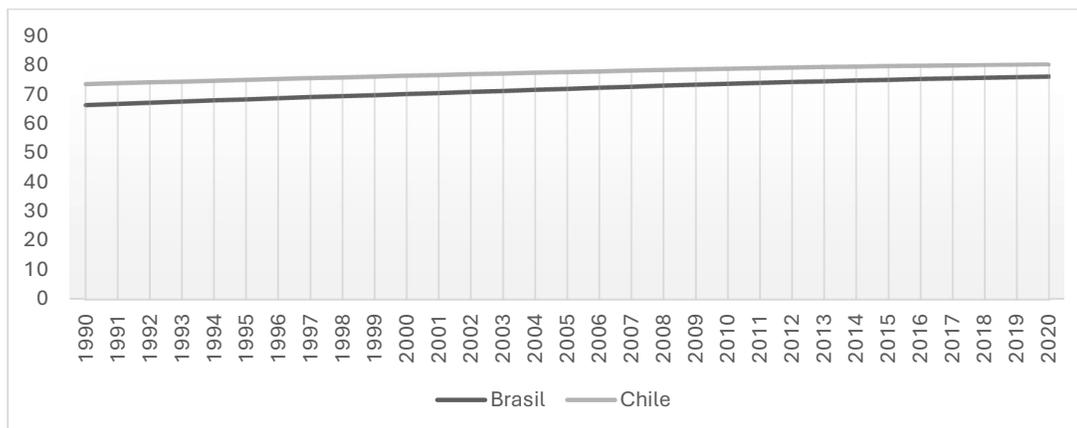
O Gráfico 6 demonstra que o crescimento do Gini *per capita*, comparados Brasil e Chile, é estável, mas o Chile tem um comportamento melhor que o Brasil. No período de convulsão social no Chile (2019-2020) somado com a pandemia, a queda do crescimento foi maior que no Brasil, mas já em 2021 teve um crescimento maior e a tendência é o aumento nos próximos anos. Enquanto isso, a piora desse indicador no Brasil se deu em função da crise e da recessão econômicas causadas pela política econômica inadequada do governo atual.

Pedrosa (2009) analisa a concentração de renda no Brasil e no Chile de forma objetiva. O Chile, após a redemocratização nos anos de 1990, apresentou um crescimento econômico acelerado, comparativamente aos demais países da América Latina, com aumento das remunerações reais, do salário mínimo, das taxas de investimento e redução das taxas de desemprego. Entretanto, não houve redistribuição de renda, que permaneceu concentrada, sendo que, em 2004, os 20% mais ricos detinham 54% da renda total, enquanto os 20% mais pobres possuíam apenas 4,9%. Esse aspecto da concentração de renda é corroborado pelo índice Gini na série histórica estudada.

Por outro lado, o autor destaca que o Brasil manteve a mesma situação do Chile e constatou que as políticas econômicas implementadas nos dois países não possibilitaram uma relação positiva entre os objetivos de crescimento econômico e equidade social. Nesse sentido, esse problema de distribuição possui uma relação direta com o bem-estar social e com a qualidade de vida das pessoas, que apresentou piora ao longo dos anos. É inegável

que a melhoria nos índices econômicos e sociais tem reflexo na qualidade e na expectativa de vida da população. Essa discussão é corroborada pelo Gráfico 7 adiante.

Gráfico 7: Expectativa de vida – Brasil e Chile



Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Mundial.

Percebe-se que o Chile sempre teve uma expectativa melhor que a do Brasil. Por exemplo, em 1990, a expectativa de vida no Chile era de 74 anos e, no Brasil, de 66. Houve aumento gradativo ao longo da série histórica em consonância com a melhoria ou piora dos indicadores sociais. Em 2020, a expectativa no Chile já era de 80 anos e, no Brasil, 74. Com isso, pode-se dizer que os indicadores econômico-sociais reforçam que a melhoria do emprego e da renda torna possível o acesso das pessoas a serviços que garantam bem-estar e saúde física e mental para alcançar a longevidade.

Buscou-se demonstrar nessa sessão a relação de emprego e renda na melhoria do bem-estar da população no Brasil e no Chile, que são países com uma grande concentração de renda e histórico de desigualdades sociais profundas. Nesse sentido, mostram-se necessárias mais políticas de emprego e mais transferência de renda aos mais pobres para minimizar os impactos das desigualdades. Oliveira e Viana (2021) ressaltam que as medidas econômicas, adotadas nos últimos governos nos dois países não apresentaram redução das crises e a escalada do desemprego e do emprego precário e mal remunerado, que agrava o quadro de miséria e pobreza. No Brasil, por exemplo, aumenta a quantidade de pessoas com insegurança alimentar, o que é um problema social que não tínhamos há muito tempo. Além disso, o Brasil voltou para o mapa da fome. Já o Chile possui um mercado de trabalho que

oferece baixos salários e condições precárias de trabalho e renda com uma política econômica atrelada ao Fundo Monetário Internacional, aprofundando a pobreza no país.

Observa-se que, mesmo sendo um bom instrumento para avaliação da realidade, os indicadores possuem limitações, visto apresentarem uma visão parcial do fenômeno social que se propõe medir, além de não conseguirem apreender todas as dimensões que impactam o bem-estar. Apesar disso, a análise das referidas informações é importante para a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas para a redução das taxas de desemprego e melhoria da qualidade de vida das pessoas, mesmo sabendo que outras variáveis econômicas não contempladas neste trabalho também devem ser consideradas. Ressalta-se que somente o crescimento econômico não é suficiente para reverter a tendência do aumento da pobreza e das desigualdades sociais, sendo necessária uma redistribuição de renda e de riqueza. Além disso, indicadores que avaliam dimensões subjetivas também devem ser considerados para uma avaliação mais abrangente do bem-estar social de uma população.

Considerações finais

O artigo teve como objetivo avaliar o mercado de trabalho no Brasil e no Chile no período de 1990 a 2021 e a sua relação com o bem-estar da população por meio da taxa de desemprego, do PIB *per capita* e do coeficiente Gini, todos obtidos na base de dados do Banco Mundial. A metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico na literatura existente, bem como uma análise descritiva e exploratória sobre o tema. A abrangência territorial considera que a América Latina é uma região caracterizada por ter sido colônia dos países europeus, sendo que a desigualdade social é um traço estrutural dos países; soma-se ao histórico colonial o fato de que o Brasil e o Chile passaram por um período recente de autoritarismo com ditaduras militares a partir de 1964 e 1974, respectivamente, além da implementação de políticas neoliberais.

O milagre econômico no Brasil e o acentuado crescimento econômico no Chile não resultaram em distribuição de renda; ao contrário, evidenciaram-se a concentração de renda e o aprofundamento das mazelas sociais na mesma medida em que o Estado não foi capaz de oferecer serviços públicos para o atendimento das necessidades básicas da população. A análise das taxas de desemprego demonstrou que houve o crescimento do desemprego no Brasil e no Chile principalmente a partir de 2014, resultado de políticas econômicas

ineficazes somadas à crise mundial. Entretanto, o Brasil apresentou maiores taxas de desemprego em relação ao Chile, alcançado, aproximadamente, 13% em 2021 contra os 10% chilenos. Essa situação certamente contribuiu para o aumento do emprego informal nos dois países. Destaca-se que Brasil e Chile têm o coeficiente Gini em torno de 0,60, o que corrobora a percepção da concentração de renda. Já no que se refere ao PIB *per capita* desses países, a discrepância é notória.

Os principais resultados demonstram que o Chile é o país da América Latina que mais teve crescimento econômico no período estudado e é a democracia mais sólida, todavia não conseguiu reduzir nem as desigualdades sociais, nem concentração de renda, haja vista as políticas neoliberais implementadas na ditadura de Pinochet. Mais atualmente, contudo, o país passa por uma revisão da Constituição a fim de torná-la adequada aos anseios da sociedade no que tange à educação, à saúde e à assistência social. O Brasil, por outro lado, passou por um período de ganhos sociais e de melhoria do bem-estar da população durante os governos progressistas de 2004 a 2010, porém, a partir de 2013 e, principalmente, após o golpe parlamentar de 2016, as reformas geraram perda de direitos trabalhistas, redução do emprego e, conseqüentemente, queda na renda e no poder aquisitivo da classe trabalhadora, bem como aumento da fome.

Os resultados apresentados são importantes para o diagnóstico da situação do mercado de trabalho e por evidenciar as similitudes e contrastes nos dois países. Os dados empíricos poderão ser utilizados na elaboração de políticas públicas para a melhoria do mercado de trabalho, ressaltando que a melhoria do emprego e da renda no Brasil e no Chile passa por uma política econômica direcionada efetivamente para o alcance desse objetivo. Além disso, revelam-se necessárias vontade política e reformas estruturais para, conjuntamente, melhorar os problemas do emprego, da distribuição de renda, da assistência e, mais amplamente, do bem-estar social.

Conforme já mencionado, este trabalho utilizou a taxa de desemprego, o coeficiente Gini e o PIB *per capita* na análise de dois países. Não obstante, para ter uma visão mais abrangente, é necessário ampliar o seu escopo para analisar cada região dentro do território dos países e seus indicadores, bem como a sua estrutura social e econômica a fim de buscar informações para o desenho de políticas públicas adequadas para resolver o problema do emprego e renda. Além disso, este estudo teve caráter exploratório, dessa forma se recomenda o aprofundamento teórico, bem como a utilização de métodos estatísticos

inferenciais para prover com mais exatidão novas informações específicas de cada país. Esses pontos possibilitarão um mapeamento mais completo e assertivo para os gestores públicos.

Destaca-se, para concluir, que o estudo do bem-estar é complexo e que, por isso, deve-se pensar que cada realidade apresenta características próprias, com uma diversidade de grupos sociais com demandas específicas. Portanto, harmonizar os interesses de todos é uma tarefa árdua para os gestores públicos. Alcançar soluções que atendam à totalidade é o grande desafio para a busca do bem-estar social.

Referências bibliográficas

AGGIO, Alberto. **Democracia e socialismo: a experiência chilena**. 2 Ed. São Paulo: Editora Annablume, 2002. p.171-183.

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemmer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Indicadores de Bem Viver: pela valorização de identidades culturais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 53, 2020.

AMARTYA, S. E. N. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova: revista de cultura e política**, p. 313-334, 1993.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE 2021. Disponível em <<https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/nova-edicao-anuario-estatistico-cepal-apresenta-indicadores-relevantes-situacao>> Acesso: 06 jun. 2022.

ARROW, Kenneth Joseph. **Individual choice under certainty and uncertainty**. Harvard University Press, 1984.

BANCO MUNDIAL. **Pesquisa de indicadores de desenvolvimento mundial**. Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators#>> Acesso em: 02 jul. 2022.

BERGSON, A. A Reformulation of Certain Aspects of Welfare Economics. Oxford, **Quarterly Journal of Economics**, v.52, n. 2, p. 310-334, fev. 1938

CARDOSO, A. L. Indicadores sociais e políticas públicas: algumas notas críticas. **Revista Proposta**. v.27, n. 77, p.42-53. jun./ago./1998.

CAVALCANTI, Thais Novaes; TREVISAM, Elisaide. A “Abordagem das Capacidades” na Teoria de Amartya Sen sobre o Desenvolvimento Humano. **Revista Jurídica**, v. 1, n. 54, p. 173-192, 2019.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL. **Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe 2021**. Disponível em <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/47827-anuario-estadistico-america-latina-caribe-2021-statistical-yearbook-latin#:~:text=la%20versi%C3%B3n%20web-,Descripci%C3%B3n,a%20un%20per%C3%ADodo%20en%20particular.>> Acesso em: 30 de jun. 2022

CYSNE, R. P. PIB, Política e Bem-Estar. **Conjuntura Econômica**, v.64, n.12, p.48-49, dez. 2010.

DALBERTO, C. R.; ERVILHA, G.T.; BOHN, L; GOMES, A.P. **Índice de desenvolvimento humano eficiente: uma mensuração alternativa do bem-estar das nações**. Disponível em < <https://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/1555>> Acesso em 06 maio 2022.

FERENTZ, Larissa Maria da Silva; GARCIAS, Carlos Mello; SETIM, Leana Carolina Ferreira. Proposta de um indicador de desenvolvimento sustentável com base na qualidade de vida, bem-estar e felicidade. **Análise Social**, v. 55, n. 234 (1, p. 168-192, 2020).

FERNANDES, Ivana Leila Carvalho; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima. **Abordagem do bem-estar para o desenvolvimento global**. Revista Perspectivas Contemporâneas. v.15. n.2. maio/ago 2020. p. 93-116.

FERRARI H, Azevedo A. **Sistema de capitalização da nova previdência é inspirado no Chile**. Correio Braziliense 2019. Disponível: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/02/17/internas_economia,738016/sistema-de-capitalizacao-da-nova-previdencia-e-inspirado-no-chile.shtml: acesso em 15/07/2022

GIACOMELLI, Giana Silva. A Teoria Tradicional do Bem-Estar: da Origem às Críticas. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 3, n. 38, 2018.

GIACOMONI, Claudia Hofheinz. Bem-estar subjetivo: em busca da qualidade de vida. **Temas em Psicologia**, v. 12, n. 1, p. 43-50, 2004.

HICKS, J. R. Foundations of Welfare Economics. **Economic Journal**, Oxford, v.49, n. 196, p. 696- 712, 1939.

HUNEEUS, C. **El Régimen de Pinochet**. Santiago: Sudamericana. 2000.

KALDOR, N. Welfare Propositions in Economics. **Economics Journal**, Oxford, v.49, n. 195, p. 549-552, 1939.

LÔBO, Thiago Pereira; NAKABASHI, Luciano. Além do PIB per capita: Ensaio sobre medidas de bem-estar para os estados brasileiros. **Revista Brasileira de Economia**, v. 74, p. 325-351, 2020.

MANKIW, N. Gregory [tradução Allan Vidigal Hastings]. **Introdução à economia**. São Paulo: Cengage Learnig, 2009. p.437-447.

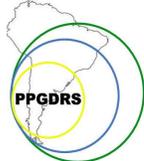
MARIANO, Enzo Barberio. **Progresso e Desenvolvimento Humano: Teorias e indicadores de riqueza, qualidade de vida, felicidade e desigualdade**. Alta Books, 2019.

MELO, Peterson Barbosa de et al. **Dimensões ideológicas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): uma avaliação a partir de Amartya Sen em Desenvolvimento com Liberdade**. 2021.

NUNES, Cristina Maria Fernandes. **Capital humano e desenvolvimento económico**. 2018.

OLIVEIRA, Suelen Carlos de; MACHADO, Cristiani Vieira; HEIN, Aléx Alarcón. Reformas da Previdência Social no Chile: lições para o Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00045219, 2019.

OLIVEIRA, Ednéia Alves de; VIDAL, Paula. **A política de emprego no Brasil e no Chile: a permanência da pobreza e do desemprego**. Disponível em <



<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/40910>> Acesso em: 30 jun. 2022.

PARETO, V. **Manual de Economia Política**. [Tradução de João Guilherme Vargas Netto]. São

Paulo: Nova Cultural, 1996.

PEDROSO, Ledi Cerdote; PEDROSO, Márcia N. C. (2009). **Brasil e Chile dos regimes militares ao século XXI: Política econômica e distribuição de renda**. Revista Sociais E Humanas, 20(2), 121–133. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/791>> Acesso em: 30 jun. 2022.

PESSOTI, Fernanda Calasans CL; SILVA, Edna Maria. O conceito de bem-estar na teoria econômica convencional. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, p. 8-22, 2020.

PIGOU, A.C. **The Economics of Welfare**. London: Macmillan, 1920.

PINDICK, ROBERT S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. Traduzido de The theory of justice. [Tradução: Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves]. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 17 ed., reest., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 1997. p.269-274.

SAMUELSON, P. **Fundamentos da análise econômica**. 5. ed. Traduzido de Foundations of Economic Analysis [Tradução de Paulo de Almeida]. Nova Cultural: São Paulo, 1997.

SAY, Jean-Baptist. **Tratado de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia: uma abordagem moderna**. 8 ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.